

CARTOGRAFIAS DAS SUBJETIVIDADES BRASILEIRAS

Frederico Augusto Barbosa da Silva

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza

Pesquisadora no Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) do Ipea.

Este texto discute o território como instrumento das políticas públicas. Normalmente, a produção do território mobiliza instrumentos técnicos, mas também apaga o complexo percurso seguido pela dimensão social e cultural daquela produção. A nação e as unidades de organização administrativa são estabilizadas, seus traços de produção e arbitrariedade são apagados e o artefato resultante passa a ser tratado como universal ou é simplesmente estabilizado e fixado. O trabalho aqui não é de desconstrução, mas se propõe a seguir diferentes cartografias presentes no pensamento social brasileiro. A análise é feita na superfície dos textos de autores reconhecidos, como Mário de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, e não tem a preocupação de exegese ou decifração, mas com a recomposição de movimentos, estilos e ideias que configuram diferentes territórios simbólicos, o que se denominou de *cartografia*.

Contemporaneamente, as políticas culturais no Brasil enfrentam a questão do federalismo e da participação social. Esse encontro entre Estado e sociedade traduz-se em uma grande dificuldade de comunicação e entendimento mútuo. Um dos dispositivos mais utilizados pelos agentes públicos é o da articulação dos territórios e o instrumento mais usual são os mapas. Estes registram o território na forma de suas esferas de governo, União, Distrito Federal, estados e municípios. Evidentemente, os recortes territoriais para efeito de política são muitos. Podem-se acrescentar regiões metropolitanas, mesorregiões, microrregiões e outras invenções como eixos do desenvolvimento, territórios da cidadania, bacias culturais etc.

Por parte da sociedade civil, o desejo é outro. Tenta-se “reconhecer” nas representações territoriais e, também aqui, é evidente que os mapas territoriais dos agentes públicos não conseguem estabelecer um diálogo com esses desejos de representação e reconhecimento.

Mesmo que agentes públicos e sociedade civil vivam em mundos diferentes, muitos pontos de contato podem ser encontrados em seus discursos. No campo da cultura, as representações do Brasil, do nacional-popular em contraste com o domínio estrangeiro e de grupos hegemônicos das elites econômicas e do reconhecimento da diversidade cultural, são muito fortes. Alguns pontos de afastamento e conflito persistem, naturalmente. A ideia de descolonizar a cultura, afastando-a dos processos burocráticos e do mercado, é um mantra poderoso no campo das políticas culturais.

Escolhemos, para nosso exercício interpretativo, alguns intelectuais que realizaram um trabalho importante de desenvolvimento, tradução e adaptação de ideias para o contexto brasileiro. Mário de Andrade é ainda acolhido como produtor do discurso inaugural das políticas culturais brasileiras. Trouxe para o centro do imaginário o conceito antropológico de cultura, reconhecendo nossa riqueza e diversidade cultural nos quadros da nação. Caio Prado pensou o Brasil a partir de suas relações com o Imperialismo e não tem, na sua grelha analítica, os recursos conceituais para reconhecer a riqueza das culturas técnicas de indígenas, africanos ou outros grupos populares. Ao contrário, as racionalidades econômica e instrumental deveriam colonizar e modernizar esses atores sociais. Sérgio Buarque, por sua vez, modernista de primeira hora e historiador, apresentou-nos a riqueza da construção do imaginário sobre as terras brasileiras. Nada mais revelador do seu modernismo do que a ideia de “atenuações plausíveis”, isto é, de um dispositivo de aproximações e aperfeiçoamentos das representações do colonizador, inclusive das representações do território em forma de mapas.

A escolha desses mediadores da produção simbólica permitiu realizar uma *cartografia das subjetividades*, quer dizer, a aproximação dos autores permitiu-nos

entender como o mesmo processo de *nation-building* foi conformando, dentro de diferentes dispositivos simbólicos, políticos e técnicos, diferentes imaginários. O território não é único, e sua configuração simbólica e prática dependem das relações que estabelece com sujeitos específicos.

A cartografia das subjetividades permite construir e reconhecer os territórios vividos, interpelados por processos ideológicos e institucionais variados, bem como por interesses localizados. Talvez esse exercício de interpretação permita abrir uma reflexão a respeito de processos de monitoramento, gestão de conhecimentos, produção de informações que levem em consideração não apenas os territórios administrativos, mas também os territórios subjetivos e sua dimensão coletiva.

SUMÁRIO EXECUTIVO